

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

1	OBJETO.....	2
2	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	2
3	LOCAIS, PRAZOS, HORÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.....	2
4	GESTÃO TÉCNICA.....	3
5	GESTÃO OPERACIONAL.....	4
6	GESTÃO FORMAL .....	4
7	COORDENAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO .....	4
8	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATADO .....	5
9	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ORDENS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (OES).....	5
10	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ROTINAS DE PROTOCOLO.....	6
11	DIREITOS AUTORAIS.....	7
12	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – APRESENTAÇÃO DE ART E RRT.....	7
13	GARANTIAS CONTRATUAIS.....	7
14	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	8
15	PAGAMENTOS .....	8
16	REAJUSTE .....	9
17	FORMAS DE APRESENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS .....	10
18	BOLETIM DE MEDIÇÃO .....	11
19	VERIFICAÇÃO E ACEITE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA .....	12
20	VALOR E PRAZOS CONTRATUAIS.....	12
21	METODOLOGIA DE FATURAMENTO.....	13
22	DA SUBCONTRATAÇÃO.....	14
23	DO DESLOCAMENTO.....	14
24	FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS... ..	14
25	EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL .....	15
26	RELAÇÃO DE MODELOS .....	16
27	HABILITAÇÃO TÉCNICA/EQUIPE TÉCNICA.....	16
28	OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.....	17
29	RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO.....	21
30	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	23
31	DAS OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE ANUENTE.....	24
32	OUTRAS INFORMAÇÕES .....	24

**1 OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa de construção civil para execução da obra de arruamento de acesso entre as infraestruturas de educação ambiental da Reserva Biológica União/ICMBio, localizada na Rodovia BR 101, Km 185 - Rocha Leão - Rio das Ostras / RJ, na execução dos recursos do Fundo de Compensação Ambiental – FCA, decorrentes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços no âmbito do CAIXA Políticas Públicas entre a SUDEP e a Administradora do FCA, representada pela SUFUS, tendo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, como INTERVENIENTE ANUENTE, em Unidades de Conservação Federais situadas em todo o território nacional.
- 1.2 Tais contratações visam prover as UC beneficiárias de instrumentos necessários à condução de suas atividades.
- 1.3 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL é a instituição financeira selecionada pelo ICMBio, para criar e administrar o FCA, assim como, promover a execução destes recursos.
- 1.4 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL presta os serviços de assessoramento técnico à execução dos recursos integralizados no FCA, por meio da realização de procedimentos seleção/licitação de empresas para execução, fiscalização quando couber, e fornecimento de bens, serviços e obras, em atendimento ao Planejamento Anual de Execução (PAE) do ICMBio.
- 1.5 As características gerais do objeto a ser CONTRATADO encontram-se relacionadas nos APÊNDICES, com os serviços a serem executados e suas especificidades; a forma de execução; quantidades, a qualificação e todas as demais obrigações do CONTRATADO.
- 1.6 O presente Termo de Referência inclui os seguintes **APÊNDICES**:
- **APÊNDICE A – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Composições;**
  - **APÊNDICE B – Memorial Descritivo;**
  - **APÊNDICE C – Projetos e Outras Peças Técnicas;**

**2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Execução de Arruamento Entre as Infraestruturas de Educação Ambiental da Reserva Biológica União/ICMBio

**3 LOCAIS, PRAZOS, HORÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1 UNIDADE E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DOS MATERIAIS/DOCUMENTOS FISCAIS:
- 3.1.1 Reserva Biológica União, Rodovia BR 101, Km 185 - Rocha Leão - Rio das Ostras / RJ;
- 3.1.2 PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias. O prazo para execução dos serviços será o informado na planilha orçamentária de preços, estimado de acordo com o nível

de complexidade dos serviços, contados a partir da data acordada entre as partes e formalizada na Ata da Reunião de Início de Obra.

3.1.3 **HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser executados sem interrupção do funcionamento normal da Unidade e das demais dependências das edificações, de acordo com as orientações e horários definidos pela CONTRATANTE e/ou pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio). A CONTRATADA deve apresentar plano de ação indicando como se dará a intervenção nas 3 edificações permitindo a continuidade dos trabalhos.

3.1.3.1 As intervenções deverão obedecer estritamente aos horários estabelecidos e autorizados, podendo ocorrer em horário comercial, noturno e ainda nos finais de semana e feriados, ou ainda ocorrer sem restrições de datas e horários, desde que autorizadas e observadas as orientações da CONTRATANTE e da administração da Unidade de Conservação.

3.1.3.2 Em princípio o horário de execução deverá ser no horário comercial em dias de semana.

3.2 **ACESSO AO LOCAL DO SERVIÇO:** A CONTRATADA deverá solicitar formalmente o acesso às dependências da unidade onde será executado o serviço com antecedência mínima de 10 dias da intervenção, através de correio eletrônico para endereço a ser fornecido pela CONTRATANTE.

3.3 O pessoal que será cadastrado para acesso à unidade deverá apresentar CTPS ou Contrato de Trabalho que comprove vínculo empregatício com a contratada.

3.3.1 A autorização de acesso de equipes para execução de serviços isolados e/ou subcontratados deverá ser solicitada com antecedência mínima de 72 horas, através de correspondência para o endereço de correio eletrônico a ser fornecido pela CONTRATANTE.

3.3.2 Faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho, através de correspondência para o endereço de correio eletrônico da CONTRATANTE.

## **4 GESTÃO TÉCNICA**

4.1 Todos os procedimentos de caráter técnico inerentes ao contrato serão da alçada dos Gestores Técnicos, representados por técnicos designados pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) que serão apresentados após a assinatura do contrato.

4.2 Competirá ao Gestor Técnico o acompanhamento, controle e gerenciamento do contrato no que tange a todos os aspectos técnicos. É a ele que deve, obrigatoriamente, o CONTRATADO se reportar para dirimir eventuais dúvidas de caráter técnico referente às demandas de trabalho.

4.3 Todas as demandas de serviço ao CONTRATADO deverão estar devidamente autorizadas pelo Gestor Técnico no documento de emissão, Ordem de Serviços – OS.

4.4 A aceitação dos serviços técnicos apresentados pelo CONTRATADO será de atribuição do Gestor Técnico que opinará, quanto ao seu acatamento ou não.

- 4.5 A fiscalização da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência caberá ao Gestor Técnico que poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 4.6 A CONTRATANTE junto à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) poderá, durante o contrato, promover adequações (inclusões/exclusões) nos modelos dos documentos a serem apresentados, devendo tal fato ser comunicado formalmente ao CONTRATADO através do envio do novo modelo e do início de sua vigência.
- 4.7 Todas as tratativas, envolvendo objetos deste contrato, deverão ser devidamente cientificadas ao Gestor Técnico por parte do CONTRATADO, que se obriga também a prestar todos os esclarecimentos solicitados por ele, dando também amplo conhecimento do andamento dos trabalhos, especialmente quando na esfera de aprovação junto a Órgãos Públicos e/ou Concessionárias.

## **5 GESTÃO OPERACIONAL**

- 5.1 Todas as atividades de natureza operacional, inerentes ao contrato, serão de alçada do Gestor Operacional representado pelo Gerente ou empregados designados por ele, após a assinatura do contrato, lotados na unidade indicada pela CONTRATANTE.
- 5.2 Compreendem essas atividades as orientações exclusivamente de cunho gerencial, tais como definições de metas, prioridades de serviços e demais deliberações quanto a assuntos relacionados envolvendo a atuação do CONTRATADO conforme os interesses da Administração da CONTRATANTE, e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) bem como o controle financeiro do contrato e suas tratativas pertinentes.

## **6 GESTÃO FORMAL**

- 6.1 Todas as atividades de natureza formal, inerentes ao contrato, tais como alterações contratuais, repactuações de preços, aplicação de penalidades, rescisão, serão de alçada do Gestor Formal representado por empregado da CONTRATANTE, com atribuição gerencial, lotado na unidade da CONTRATANTE, CEFOR/BR – Gerência Nacional de Gestão Formal de Contratos.
- 6.2 As multas e outras penalidades, as alterações contratuais, quando cabíveis, serão demandadas pelo Gestor Operacional e aplicadas pelo Gestor Formal, com base nas disposições previstas no contrato e, no que couber, fundamentado em parecer ou recomendação do Gestor Operacional que por sua vez, quando tratar-se de questões técnicas, pautar-se-á na manifestação do Gestor Técnico.

## **7 COORDENAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO**

- 7.1 O Coordenador Técnico será o representante do CONTRATADO junto ao Gestor Técnico para tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela CONTRATANTE e/ou pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes, bem como nos atos e demais providências de incumbência do CONTRATADO junto a Órgãos Públicos, Conselhos de Classe e Concessionárias.

7.2 O Coordenador Técnico será indicado à CONTRATANTE pelo CONTRATADO logo após a assinatura do contrato, legalmente habilitado para assinar por ele.

7.3 Competirá também ao Coordenador Técnico a observação do cumprimento das formalidades do presente contrato, no que tange aos processos e rotinas técnicas aqui estabelecidos, comunicando aos Gestores fatos pertinentes e do interesse do melhor desenvolvimento dos trabalhos, providenciando a compatibilização dos serviços técnicos que envolvem mais de um Responsável Técnico e praticando todos os atos técnicos necessários à condução e ao fiel cumprimento do presente contrato.

## **8 COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATADO**

8.1 O Coordenador Administrativo será o representante do CONTRATADO junto ao Gestor Operacional e Gestor Formal da CONTRATANTE, para tratar de todos os assuntos administrativos e operacionais pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela CONTRATANTE e/ou pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas de cunho administrativo e operacional entre as partes.

8.2 O Coordenador Administrativo será indicado à CONTRATANTE pelo CONTRATADO logo após a assinatura do presente contrato, legalmente habilitado para assinar por ele.

8.3 Competirá também ao Coordenador Administrativo a observação do cumprimento das formalidades do presente contrato, no que tange aos processos e rotinas de cunho administrativo e operacional aqui estabelecidos, acatando demandas, comunicando aos Gestores fatos pertinentes e do interesse do melhor desenvolvimento do contrato, providenciando a compatibilização dos serviços técnicos que envolvem mais de um Responsável Técnico, dando anuência de todos os trabalhos demandados pela CONTRATANTE e praticando todos os atos necessários a condução administrativa e operacional e ao fiel cumprimento do presente contrato.

8.4 As funções de Coordenador Técnico e Coordenador Administrativo poderão ser exercidas cumulativamente.

## **9 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ORDENS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (OES)**

9.1 Toda demanda de trabalhos técnicos solicitados ao CONTRATADO será formalizada através de Ordem de Serviço – OS, emitida pelo Gestor Técnico, conforme o modelo disponibilizado pela CONTRATANTE.

9.1.1 Neste momento devem ser observadas todas as condicionantes, requisitos mínimos de produto e demais exigências, constante nos documentos elencados no item 1.2 deste TR;

9.1.2 A OS será única e emitida para os serviços a serem executados com o valor informado na precificação constante dos “APÊNDICE A – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Composições”

9.2 A OS será encaminhada via correio eletrônico ou em 02 (duas) vias impressas, com comprovação eletrônica ou física da data de envio e recebimento, bem como

coletadas as assinaturas competentes do representante do CONTRATADO e da CONTRATANTE.

- 9.3 O prazo estabelecido na OS terá sua contagem iniciada no dia imediatamente subsequente à data da emissão do documento.
- 9.4 Quando o prazo previsto para conclusão de serviços esgotar-se em final de semana ou feriado, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente, exceto para procedimentos de vistoria e acompanhamento de obras/serviços.
- 9.5 O preenchimento da OS no tocante a valores e prazos obedecerá aos critérios definidos neste contrato, podendo haver retificações, em decorrência de:
- Revisão de prazo para apresentação do serviço com base em justificativas técnicas cabíveis;
  - Revisão de prazo e/ou valor devido a alterações parciais no objeto da OS por motivo atribuível à CONTRATANTE e/ou pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio).
- 9.6 A data da efetiva liquidação da OS corresponderá à data do aceite e aprovação pelo Gestor Técnico, que representa a INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), do serviço apresentado pelo CONTRATADO.
- 9.7 No ato do recebimento dos serviços será avaliada a qualidade e pontualidade dos serviços prestados, o que irá influenciar nos encargos previstos no item 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, do presente documento.

## **10 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ROTINAS DE PROTOCOLO**

- 10.1 Os documentos e serviços técnicos apresentados pelo CONTRATADO advindos de demandas da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) deverão ser acompanhados de Guia de Recebimentos e Controle de Serviços - GRCS, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE.
- 10.2 Será facultado à CONTRATANTE o não acolhimento de qualquer documentação apresentada que não esteja devidamente registrada na GRCS respectiva, mesmo que encaminhada através de meio eletrônico.
- 10.3 As solicitações de alterações no quadro de profissionais durante a vigência do contrato deverão ser formalizadas por requerimento, acompanhadas do acervo técnico do novo profissional, para análise prévia por parte da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio).
- 10.4 Após aprovação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) de modificações no corpo técnico do CONTRATADO, este se obrigará a incluir o(s) profissional(is) em seu quadro de responsáveis técnicos cuja comprovação será feita mediante apresentação à CONTRATANTE de Certidão de Quitação de Pessoa Jurídica junto ao CREA e/ou CAU constando a alteração em questão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.5 A substituição de profissionais da Equipe Técnica Principal do contrato somente será possível nos casos em que o acervo do novo profissional seja equivalente ou superior ao daquele(s) profissional (is) substituído(s).



- 10.6 As alterações dos integrantes da equipe técnica promovidas pelo CONTRATADO sem prévia consulta e autorização da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) poderão ensejar aplicação de penalidade.
- 10.7 As reuniões com a participação do CONTRATADO que envolva atividades inerentes ao presente contrato, quando solicitadas pela CONTRATANTE, deverão ser registradas em relatórios técnicos e remetidas para registro e anuência pelo Gestor Técnico.
- 10.8 Toda e qualquer visita por parte do CONTRATADO a unidades do ICMBio deverá ser precedida de agendamento prévio com a CONTRATANTE, através de comunicação formal, com indicação da data, horário e identificação (nome/documento) das pessoas que irão ao local.
- 10.9 A CONTRATANTE junto à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), promoverá o contato do CONTRATADO com o chefe da unidade local.
- 10.10 Para a prestação de serviços no interior das dependências da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), o CONTRATADO deverá manter seus técnicos e/ou prepostos devidamente identificados através de crachá.

## **11 DIREITOS AUTORAIS**

- 11.1 Pertencerão à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), sem qualquer ônus adicional, todos os Direitos Autorais Patrimoniais referentes aos trabalhos realizados no âmbito do objeto desta especificação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos Profissionais Responsáveis por eles.
- 11.2 Da confidencialidade e propriedade intelectual:
- 11.2.1 O CONTRATADO não poderá revelar a qualquer pessoa, Governo e/ou a outra entidade externa à CONTRATANTE e à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio)/ quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à CONTRATANTE e à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), relativo aos serviços objetos do contrato;
- 11.2.2 Esta obrigação de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado.

## **12 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – APRESENTAÇÃO DE ART E RRT**

- 12.1 O CONTRATADO deverá apresentar à CONTRATANTE cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), no âmbito do CREA, e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), no âmbito do CAU, referentes aos serviços técnicos executados, devidamente recolhidas, condição necessária para que os serviços sejam considerados liquidados e liberados para faturamento.

## **13 GARANTIAS CONTRATUAIS**

- 13.1 Para fins de assegurar a correta execução do contrato e para prevenir eventuais perdas, será exigida garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento), sobre o valor global da contratação.

## 14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, o CONTRATADO ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicadas:

- Multa;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE e com a INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), pelo prazo de até 2 (dois) anos.

### 14.2 MULTA

14.3 Pelo atraso na execução dos serviços, o CONTRATADO se sujeitará à multa de mora, a incidir sobre cada serviço executado, conforme previsão:

14.3.1 O cômputo de atraso verificado deverá ser efetuado de acordo com a fórmula abaixo:

$$D_{at} = [(D_{ac} - D_{em+1}) - P_c] - T_a$$

Onde:

**D<sub>at</sub>** = dias de atraso

**D<sub>ac</sub>** = data de aceite final

**D<sub>em+1</sub>** = data de emissão

**P<sub>c</sub>** = Prazo contratual (em dias) para entrega do serviço

**T<sub>a</sub>** = tempo utilizado pela CAIXA (em dias) para análise do serviço

14.3.2 Quando o resultado for menor ou igual a zero, ficará caracterizada a entrega dentro do prazo contratual previsto, não tendo ocorrido atrasos.

14.3.3 Pelo atraso de qualquer um dos serviços inseridos em uma determinada OS, por culpa imputada ao CONTRATADO, será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor do pagamento correspondente ao(s) serviço(s) entregue(s) em atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

14.3.4 Pela execução incorreta dos serviços que resulte na necessidade de contratação de adicionais para complementação deles, será aplicada multa no mesmo percentual do aditamento necessário, incidente sobre o valor do pagamento correspondente ao(s) serviço(s) irregular (es), sem prejuízo de outras cominações cabíveis. até o limite de 10% (dez por cento).

## 15 PAGAMENTOS

15.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 60º (sexagésimo) dia corrido após a entrega da nota fiscal, após a emissão da nota fiscal e após a aceitação dos serviços, verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, entrega e conferência da documentação exigida, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada em agência da CAIXA, podendo ser em parcelas mensais, ao final de cada etapa, após os 30 dias iniciais



de execução do serviço contratado, desde que solicite antecipadamente medição aos Gestores Técnicos do Contratante.

- 15.2 O boletim de medição deverá ser encaminhado por e-mail para [cevig03@caixa.gov.br](mailto:cevig03@caixa.gov.br) em arquivo digital e assinado com certificado digital pelo representante legal da empresa e pelo ART de Execução da obra da empresa. Aceitação dos Serviços e Boletim de Medição – Padrão de Apresentação:
- 15.2.1 O Boletim de Medição deverá conter, além das colunas da Planilha de Serviços e Preços, as seguintes colunas extras:
- a. Quantidades Medidas;
  - b. Quantidades Acumuladas com a Medição;
  - c. Preço Total da Medição;
  - d. Preço Total Acumulado com a Medição;
  - e. O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços/produtos presentes na Planilha de Serviços e Preços que já tenham sido Objeto de Medição, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período;
  - f. O Boletim de Medição deverá ser apresentado em formato A4 (210x297mm), com a maior dimensão em posição horizontal, e ter, em cada folha:
    - Código do Contrato, se houver;
    - Aprovação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
    - Número da folha;
    - Período de referência da Medição
- 15.3 O documento fiscal apresentado à CONTRATANTE deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão e devendo, ainda, constar a identificação completa da CONTRATANTE o número do contrato e a descrição detalhada dos itens que compõem o objeto com os valores unitários e totais, o período a que se refere.
- 15.3.1 A documentação fiscal não aprovada pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
- 15.3.2 A devolução de documento não aprovado pela CONTRATANTE, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- 15.4 Para melhor entendimento e detalhamento dos prazos e critérios de pagamento, consultar o item 21 “METODOLOGIA DE FATURAMENTO”, bem como APÊNDICE A (Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Composições) deste TR.

## 16 REAJUSTE

- 16.1 É admitido o reajuste de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção) calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para a prestação do serviço, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

**R** = Valor do reajuste procurado;

**V** = Valor contratual a ser reajustado;

**I**<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; e

**I** = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- 16.2 No primeiro reajuste, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data-limite para entrega das propostas. Nos reajustes subsequentes, a anualidade será contada da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior.
- 16.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.5 O reajuste deverá ser solicitado dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito, caso contrário os efeitos do reajuste serão a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não solicitação no período determinado.
- 16.6 Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de reajuste dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.
- 16.7 Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.
- 16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **17 FORMAS DE APRESENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS**

### **17.1 APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS**

- 17.1.1 Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Digital, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio):

- a. Para a edição de textos o Programa Padrão é o “Word” (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “doc”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- b. Para a edição de planilhas o Programa Padrão é o “Excel”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “xls”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- c. Para apresentações multimídias os programas padrões são: o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “ppt”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- d. Para a produção de desenhos (CAD) o Programa Padrão é “AutoCAD”, versão 2012 ou inferior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos nas versões “dwg”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc.);
- e. Para a produção de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação, contudo deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão “Excel”, além dos arquivos em “pdf”;
- f. Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão é o “MS-Project”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft).

17.1.2 O CONTRATADO será responsável pela execução de todos os Serviços Técnicos Profissionais Especializados listados e quantificados na Planilha de Serviços e Quantidades, “APÊNDICE A – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Composições”.

17.1.3 Os documentos em PDF devem ser assinados digitalmente pelo responsável técnico. A assinatura de eventual arquivo em PDF deverá ser compatível com o TCP-IP Brasil.

17.1.4 Os documentos deverão apresentar carimbos, padrões e formatos de acordo com a referência fornecida pela CONTRATANTE, se for o caso.

17.1.5 A codificação de Documentos Técnicos de Engenharia será fornecida ao CONTRATADO juntamente com a Ordem de Serviço, quando for o caso;

## **18 BOLETIM DE MEDIÇÃO**

18.1 O Boletim de Medição deverá ser apresentado à equipe da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) para verificação e aceitação preliminar, no primeiro dia útil depois de encerrado o período de medição.

18.2 O Boletim de Medição deverá discriminar os serviços realizados no período.

18.3 A equipe da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), no prazo de 10 dias corridos, a partir da data de apresentação do Boletim de Medição, verificará e informará ao CONTRATADO:

18.3.1 A aceitação preliminar da medição;

- 18.3.2 As correções que deverão ser realizadas no Boletim de Medição, com as correspondentes justificativas;
- 18.3.3 O CONTRATADO deverá proceder às correções apontadas no Boletim de Medição, rerepresentando-o, juntamente com o documento de cobrança correspondente, de mesmo valor;
- 18.3.4 Serão restituídos ao CONTRATADO, caso não incorporem as correções exigidas pela CONTRATANTE, o Boletim de Medição e o documento de cobrança.
- 18.4 Apenas os serviços aprovados poderão ser incluídos na medição, não se admitindo qualquer tipo de adiantamento. Se a INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) recusar algum produto ou serviço, o CONTRATADO deverá refazê-lo às suas expensas.
- 18.5 Os valores referentes aos produtos e serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e somente serão pagos após o CONTRATADO refazê-los.
- 18.6 Não haverá medição para qualquer tarefa oriunda ou necessária para a execução das medições.
- 18.7 A medição será mensal, conforme cronograma, memorial, projetos e planilha orçamentária, conforme APÊNDICES A, B e C.
- 18.8 Em qualquer situação, não havendo alteração do Objeto dos Serviços Contratados, os preços não serão alterados sob a alegação de variação de quantidades.

## **19 VERIFICAÇÃO E ACEITE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

- 19.1 Todos os Documentos Técnicos a serem elaborados, tais como: Memórias de Cálculo, Memoriais, Planilhas de Serviços e Materiais, Relatórios, Desenhos Gerais, Especificações Técnicas, etc. na emissão preliminar ou final, deverão ser submetidos ao conhecimento e verificação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio).
- 19.2 A INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) verificará e informará formalmente o CONTRATADO o status e possíveis correções, alterações e/ou complementações dos serviços e/ou documentação técnica. O status dos produtos se enquadrará nas seguintes hipóteses:
- 19.2.1 Liberado; e
- 19.2.2 Com Pendências.
- 19.3 A verificação dos serviços pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) não constitui substituição de autoria e/ou Responsabilidade Técnica em relação à solidez e bom funcionamento das estruturas e instalações executadas, assim como o pleno atendimento do escopo da CONTRATADA e garantia do cumprimento das exigências Municipais, Federais e Normas Técnicas.

## **20 VALOR E PRAZOS CONTRATUAIS**

- 20.1 PREÇO MÁXIMO: Valor global estimado dos serviços - R\$ 418.938,80 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos),

lote único;

20.2 Os valores máximos estimados de cada item englobam também os preços máximos unitários admitidos que constam na planilha orçamentária.

20.3 O valor máximo estimado estabelecido para os serviços constantes da planilha engloba o fornecimento e a instalação de materiais, peças e equipamentos, bem como a realização dos serviços.

20.4 O prazo total do contrato, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, foi estimado em um ano, observando:

a) Execução dos serviços: 90 (noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro – APÊNDICE A;

b) Alterações do cronograma proposto deverá contar com prévia autorização do CONTRATANTE;

20.4.1 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES:

- Será emitida Ordem de Serviço única para início das atividades.

Desta forma, o CONTRATADO deverá assegurar que todas as soluções técnicas a serem trabalhadas deverão OBRIGATORIAMENTE ser finalizadas nesse prazo.

20.4.2 PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

O CONTRATADO deverá entregar em até 5 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, em meio magnético e físico, o Planejamento dos Serviços expressos através de Cronograma de Atividades.

Juntamente com este Planejamento deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais da Equipe, Responsáveis Técnicos.

## **21 METODOLOGIA DE FATURAMENTO**

21.1 O valor do pagamento a ser realizado ao CONTRATADO, correrá conforme contrato e corresponderá ao somatório dos serviços concluídos e acatados pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) no mês imediatamente anterior (mês de competência), descontados os eventuais encargos por inadimplência no atendimento das demandas.

21.2 O CONTRATADO se obriga a entregar à CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês, o Boletim de Medição - BM, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, contendo a relação dos produtos executados e acatados pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) no mês de competência.

21.3 Serão considerados, para fim de medição, os serviços concluídos e acatados pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) em sua totalidade, conforme projetos, memoriais e orçamentos, disponibilizados nos apêndices deste TR.

- 21.4 A CONTRATANTE, após a aprovação dos produtos e serviços medidos no BM, deve informar ao CONTRATADO o valor da Nota Fiscal referente aos serviços executados no mês de competência.
- 21.5 A Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados deverá ser entregue à CONTRATANTE imediatamente após a comunicação do valor pela CONTRATANTE.
- 21.6 A CONTRATANTE, após aceitação dos serviços pela INTERVENIENTE ANUENTE, efetuará o pagamento ao CONTRATADO, até o 60º (sexagésimo) dia corrido após a entrega da nota fiscal, podendo haver prorrogação do prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura.

## **22 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 22.1 A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), sendo que os serviços a serem subcontratados não podem constituir as parcelas definidas como sendo de maior relevância e valor significativo do objeto.
- 22.2 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 22.3 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CONTRATANTE, com total responsabilidade contratual, inclusive pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responde perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 22.4 A CONTRATADA será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

## **23 DO DESLOCAMENTO**

- 23.1 Os deslocamentos aos locais onde serão executados os serviços, quando necessários, correrão por conta do CONTRATADO, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 23.2 Em hipótese alguma o CONTRATADO poderá deixar de realizar os serviços previstos em contrato alegando necessidade de faturamento dos deslocamentos que possam se fazer necessários.

## **24 FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**



- 24.1 O CONTRATADO deverá manter disponível para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência todos os equipamentos e ferramentas necessárias.
- 24.2 Em hipótese alguma o CONTRATADO poderá deixar de realizar os serviços previstos em contrato alegando que não possui equipamento ou ferramental necessário.
- 24.3 Veículos.
- 24.3.1 O CONTRATADO deverá disponibilizar veículos necessários à perfeita execução do serviço.
- 24.4 Ferramental.
- 24.4.1 Para atendimento dos serviços descritos neste Termo de Referência a empresa deverá dispor de todo o ferramental necessário à sua execução.

Qualquer outro instrumento ou equipamento necessário à execução do objeto deverá ser providenciado imediatamente pelo CONTRATADO, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

## **25 EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

- 25.1 O CONTRATADO deverá garantir aos funcionários, os equipamentos necessários, previstos na NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI.
- 25.2 Cabe ao CONTRATADO quanto ao EPI:
- 25.2.1 Adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- 25.2.2 Exigir seu uso;
- 25.2.3 Fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- 25.2.4 Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- 25.2.5 Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- 25.2.6 Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;
- 25.2.7 Comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) qualquer irregularidade observada.
- 25.3 Cabe aos funcionários do CONTRATADO quanto ao EPI:
- 25.3.1 Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- 25.3.2 Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- 25.3.3 Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- 25.3.4 Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

**26 RELAÇÃO DE MODELOS**

- 26.1 Modelos de documentos poderão ser disponibilizados pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, de forma a padronizar os procedimentos de recebimento, análise e acompanhamento dos serviços.

**27 HABILITAÇÃO TÉCNICA/EQUIPE TÉCNICA**

- 27.1 As exigências de qualificação técnica são aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, quais sejam:

27.1.1 Capacitação Técnico-Operacional: comprovação mediante apresentação de atestado de aptidão, que a CONTRATADA executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

27.1.1.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a CONTRATADA desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

27.1.1.2 Pelo menos um dos atestados apresentados deverá ser em nome da própria CONTRATADA ou de empregado, sócio proprietário ou diretor desta, não sendo permitida a comprovação exclusivamente por meio de atestados de profissionais de mercado.

27.1.1.3 A CONTRATADA deverá comprovar o registro de pessoa jurídica responsável pelos serviços técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU).

27.1.2 Capacidade Técnico-Profissional: comprovação da qualificação dos profissionais que integram os quadros da CONTRATADA que executará o objeto da licitação.

27.1.2.1 Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ART/RRT e o conjunto de documentos técnicos produzidos.

27.1.2.2 Equipe Técnica mínima da CONTRATADA deverá conter os profissionais habilitados e qualificados cuja comprovação deve se dar mediante a apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o profissional da CONTRATADA que irá compor a equipe técnica tenha desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, de acordo com as especialidades a seguir:

a) 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência prévia comprovada através de atestado técnico de execução de no mínimo 152 m<sup>2</sup> de obras de pavimentação em piso intertravado de concreto de vias ou calçadas (passeios).

e

b) 1 (um) Engenheiro de Segurança de Trabalho ou Técnico de segurança do trabalho com experiência prévia mínima de 01 ano em execução de obras comprovada através de registro funcional e registro em respectivo conselho de classe.

c) A parcela de maior relevância da obra se refere à “Execução de Passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natura de 20 x 10 cm, espessura 6 cm (Itens 2.10 e 2.11 do Apêndice A) da planilha orçamentária estimada com um

quantitativo de 606,18 m<sup>2</sup>, sendo, portanto, considerado 25% do quantitativo de 606,18m<sup>2</sup> como exigência mínima para qualificação técnica, ou seja, 152m<sup>2</sup>, sendo, portanto, a qualificação técnica exigida citada acima.

- 27.2 A Equipe Técnica deverá apresentar registro e certidão de regularidade junto ao CREA ou CAU para fins de contratação e após a contratação deve ser emitida ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica / Registro de Responsabilidade Técnica) de Execução da Obra antes da emissão da OS (Ordem de Serviço) pela CONTRATANTE.

## **28 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 28.1 São obrigações do CONTRATADO, além das previstas neste contrato e anexos:
- 28.1.1 Manter equipe multidisciplinar com capacidade técnica que tenha condições de executar e coordenar os trabalhos previstos nos projetos, memoriais e planilhas orçamentárias, de forma simultânea, para o melhor atendimento dos prazos;
- 28.1.2 executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE ou pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- 28.1.3 recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- 28.1.4 manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), bem como para que a CONTRATANTE se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pelo CONTRATADO, logo após a assinatura do contrato;
- 28.1.5 conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que eles atinjam o nível de adequação descrito pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CONTRATANTE ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além

de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

- 28.1.6 substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;
- 28.1.7 diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), clientes, visitantes e demais contratados;
- 28.1.8 dar ciência à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- 28.1.9 prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 28.1.10 diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;
- 28.1.11 pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CONTRATANTE, juntamente com a fatura mensal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência da nota fiscal/fatura;
- 28.1.12 assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pelo CONTRATADO, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CONTRATANTE, bem como entre seus empregados/prepostos e a INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 28.1.13 agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE. A omissão do CONTRATADO, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- 28.1.14 indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CONTRATANTE, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE por créditos devidos aos empregados do CONTRATADO, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- 28.1.15 respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

- 28.1.16 atender às solicitações da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno CONTRATADO, cabendo ao CONTRATADO a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- 28.1.17 assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CONTRATANTE ou a INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- 28.1.18 fornecer à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço CONTRATADO;
- 28.1.19 informar à CONTRATANTE e à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF (MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pelo CONTRATADO para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;
- 28.1.20 manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CONTRATANTE e pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 28.1.21 manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- 28.1.22 obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 28.1.23 dispor-se a toda e qualquer fiscalização da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- 28.1.24 fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- 28.1.25 orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as

exigências e necessidades da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);

- 28.1.26 estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- 28.1.27 fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CONTRATANTE e da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 28.1.28 prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto CONTRATADO, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 28.1.29 manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- 28.1.30 manter atualizados, durante a vigência do contrato, o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- 28.1.31 manter perante a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CONTRATANTE de substituta tributária;
- 28.1.32 não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- 28.1.33 assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- 28.1.34 diligenciar para que seus empregados, quando em serviço nas instalações das Unidades de Conservação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente das Unidades de Conservação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio), sejam clientes, empregados ou terceirizados;
- 28.1.35 observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato;
- 28.1.36 manter, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;



- 28.1.37 tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente;
- 28.1.38 adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública, conforme identificados na Lei nº 12.846/2013;
- 28.1.39 manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CONTRATANTE, entregue ao CONTRATADO no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- 28.1.40 o CONTRATADO que tiver sede fora do Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar visto emitido pelo CREA/CAU referente ao Estado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato;
- 28.1.41 apresentar Certidão de Quitação de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU, onde deverão constar todos os profissionais indicados para composição da Equipe Técnica Principal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato;
- 28.1.42 Cumprir toda e qualquer obrigação prevista no contrato.

## **29 RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

29.1 São também responsabilidades do CONTRATADO:

- 29.1.1 todo e qualquer dano que causar à CONTRATANTE e à INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE e pela INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio);
- 29.1.2 qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CONTRATANTE o exercício do direito de regresso, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 29.1.3 quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CONTRATANTE, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pelo CONTRATADO, as quais serão reembolsadas à CONTRATANTE.
- 29.2 O CONTRATADO autoriza à CONTRATANTE descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato, da garantia contratual e/ou das notas fiscais/faturas de quaisquer outros contratos que porventura o CONTRATADO mantenha com a CONTRATANTE, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.
- 29.3 O valor a ser ressarcido à CONTRATANTE nos casos de danos ou prejuízos em que o CONTRATADO for responsabilizada, será atualizado pelo índice de

variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CONTRATANTE, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = \frac{VIN}{IDI} \times IDF$$

**Onde:**

**VAT** = valor atualizado;

**VIN** = valor inicial;

**IDI** = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial);

**IDF** = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

- 29.4 A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá o CONTRATADO das responsabilidades previstas neste contrato.
- 29.5 Os serviços deverão ser executados como especificado na documentação técnica complementar: planilha orçamentária (APÊNDICE A), memorial (APÊNDICE B) projetos (APÊNDICE C).
- 29.6 GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS: Devem ser garantidos pela CONTRATADA, a contar da data do recebimento definitivo do serviço contratado, pelo prazo irredutível de: 5 (cinco) anos para os serviços de engenharia e 12 (doze) meses para outros materiais e equipamentos, contra defeito de fabricação.
- 29.6.1 Nas solicitações de manutenção corretivas, a CONTRATADA se compromete a atender a CONTRATADA num tempo máximo de 7 (sete) dias, mesmo quando sediada fora da cidade onde foi executada a instalação.
- 29.6.2 A CONTRATADA providenciará por sua conta, e sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos materiais, reparação da obra/serviço que apresentar defeito durante o período de garantia e responde pelo dano inerente a essa substituição e/ou reparação.
- 29.6.3 A falta de produto não caracteriza motivo de força maior e não exime a CONTRATADA da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento do prazo estabelecido.
- 29.6.4 A substituição de produtos especificados por produtos semelhantes deverá contar com prévia aprovação da INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio).
- 29.7 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Cumprir o que dispõe a legislação ambiental, as diretrizes da Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como a Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pela Resolução CONAMA nº 348/2004, que estabelece critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e demolição, conforme existência de local apropriado no município.
- 29.8 CRONOGRAMA: Apresentar o cronograma físico-financeiro da intervenção nos prazos acordados com a CONTRATANTE e a INTERVENIENTE ANUENTE

(ICMBio). A CONTRATADA deve obedecer rigorosamente aos prazos fixados no cronograma físico-financeiro, uma vez que este constitui Instrumento de Avaliação do andamento dos serviços e cumprimento contratual, bem como indicação do local de execução e especificações da intervenção/serviço.

- 29.9 SEGUROS: O seguro de risco de engenharia e o seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos materiais, incluído seguro de incêndio, será exigido para todos os contratos emitidos, exceto quando for dispensado pela análise técnica quanto à complexidade da intervenção em contratação, sem detrimento para a correlação custo benefício, em subsídio à decisão gerencial, formalizado na emissão do contrato. O seguro de risco de engenharia e o seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos materiais deverão ser apresentados conforme abaixo:
- 29.9.1 O seguro de risco de engenharia deve especificar os limites de indenização/garantia, com valores de cobertura básica que corresponda ao valor total do serviço, bem como a de cobertura adicional de no mínimo 30% da cobertura básica.
- 29.9.2 O seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos morais informará a importância dos limites máximos de indenização/garantia correspondente a no mínimo de 10% (dez por cento) da cobertura básica, observado o valor mínimo de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
- 29.9.3 A cobertura de responsabilidade civil pode estar caracterizada como cobertura acessória e conjugada em uma apólice ou contratada em separado, observando a composição do limite máximo de indenização/garantia.
- 29.9.4 A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 10 (dez) dias da assinatura do contrato as apólices dos seguros acima especificados, aos quais devem corresponder ao prazo da vigência do contrato.
- 29.9.5 Quando ocorrer alteração no prazo, a vigência das apólices deve ser prorrogada conforme esse novo prazo, com apresentação do endosso das apólices.
- 29.9.6 Ocorrendo sinistro, as partes atingidas serão reparadas ou refeitas pela CONTRATADA.
- 29.9.7 Para a contratação de serviços de natureza estrutural, subestações de energia e instalações de equipamentos contra incêndios, é obrigatória a contratação de apólice de seguro, independentemente do porte ou valor do contrato celebrado.

### **30 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 30.1 A CONTRATANTE obriga-se a:
- 30.1.1 notificar o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
- 30.1.2 efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste TDR;
- 30.1.3 indicar o representante da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

**31 DAS OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE ANUENTE**

31.1 A INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) obriga-se a:

- 31.1.1 Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais determinados; e
- 31.1.2 Indicar o representante da INTERVENIENTE ANUENTE responsável pela fiscalização da execução do contrato.

**32 OUTRAS INFORMAÇÕES**

- 32.1 Considerando se tratar de obra de reforma, o contratado poderá aceitar acréscimos até o limite de 50% (cinquenta por cento) e supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 32.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 33.1, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 32.3 A INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) receberá provisoriamente os bens ou serviços contratados, no prazo máximo de sete (7) dias após aceite dos serviços aferidos no Boletim de Medição final;
- 32.4 A INTERVENIENTE ANUENTE (ICMBio) receberá definitivamente os bens ou serviços contratados, após o prazo do recebimento definitivo, no prazo máximo de trinta (55) dias após o recebimento provisório;
- 32.5 O presente Termo de Referência foi baseado no Material Técnico anexo (Planilha, Projetos e Memorial Descritivo), que integra e complementa este documento, elaborado por Responsável Técnico Edison Wilson, engenheiro civil contratado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- 32.6 A confecção do Material Técnico (atendimento às normas técnicas, projetos, cronograma, orçamento e a adequação às exigências do serviço) é de inteira responsabilidade do Autor Técnico.